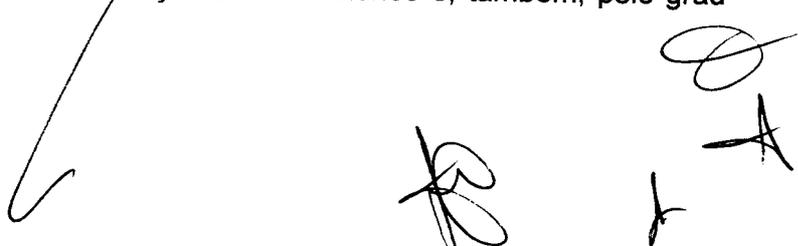


ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA VIGÉSIMA NOVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às 15 horas, na Sede da Matriz da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do Presidente **Rubens Rodrigues dos Santos** e dos Diretores **Marcelo de Araújo Melo, João Marcelo Intini, Lineu Olímpio de Souza e Rogério Luiz Zeraik Abdalla**, realizou-se a milésima centésima vigésima nona (1.129ª) reunião ordinária da Diretoria Colegiada da Conab. O Presidente, na forma do disposto no inciso IV, Art. 20, do Estatuto Social, deu início aos trabalhos do dia, trazendo as seguintes comunicações: **1) Presi: 1.1 Expo Milão** – Solicitação às Diretorias de Abastecimento e de Política Agrícola e Informações, para procederem à indicação de 2 (dois) membros (Titular/Suplente), para integrarem o comitê junto ao MAPA, responsável pela escolha dos temas a serem apresentados na Expo Milão 2014, que serão encaminhados ao MAPA – o que foi acatado pelos Diretores participantes. **1.2 Apresentação de Voto** – O Presidente reiterou solicitação à Diretoria Colegiada para que dirijam seus votos até a quinta-feira anterior à reunião, que por unanimidade, concordaram em atender a solicitação do Presidente, e buscar doravante, o atendimento dos prazos, como prática salutar para o bom andamento dos trabalhos. **1.3 CGU/PAA** – O Presidente solicitou ao Diretor de Política Agrícola e Informações, que discorresse sobre a reunião havida com a CGU e o acordo firmado entre a CGU/Conab/MDA e MDS em relação ao PAA. Perguntou, ainda, se foram liberados recursos para dar continuidade ao programa. O Diretor da Dipai passou a relatar os últimos acontecimentos, dentre eles a reunião havida naquele mesmo dia com a CGU. Informou que já foi depositada na conta correspondente ao programa, a soma de R\$ 307 milhões, naquele mesmo dia. Informou, também, sobre a agenda com MDA/MDS, observando-se o que foi indicado tanto pelos órgãos internos de fiscalização, assim como pela CGU. Um dos pontos ressaltados foi quanto à necessidade de estabelecer, claramente, as atribuições da Conab e dos parceiros no PAA. As duas semanas de trabalho desenvolvido resultaram na definição de modificações/ajustes de conduta de todos os órgãos protagonistas do programa, assim como, a apresentação dos novos procedimentos ou simplesmente mecanismos para fazer valer o que está previsto na norma. Tudo apresentado, em conjunto, em reunião havida com a CGU, inclusive, com a presença do senhor Presidente, enfatizando o Diretor da Dipai, a importância benéfica dessa atitude – que corrobora para a mudança de imagem da Companhia, frente aos Ministérios participantes do programa, assim como à CGU. Continuando, informou que após três horas de reunião, teve-se como resultado, a aceitação pela CGU de todas as propostas apresentadas pelo grupo, sem restrições e, partindo-se do entendimento de que a adoção desse procedimento significou a retomada efetiva do programa. Informou, ainda, que naquele exato momento, o MDA e MDS estavam reunidos com as Superintendências da Conab no sul do país, organizando a agenda de retomada, com observação às novas diretrizes – o que resultou em vários elogios da CGU. Primeiramente, pela convergência havida em relação aos Ministérios e, também, pelo grau





de elaboração factível das propostas apresentadas, em relação às reais possibilidades de sucesso, trazidas com clareza e objetividade. Agora, resta encaminhar formalmente a proposta à CGU, buscando sensibilizar aquele órgão de fiscalização e controle, com a certeza quanto ao compromisso da Conab em tornar-se um parceiro permanente, que passa a caminhar junto à CGU, objetivando alcançar maior integração institucional. Paralelamente aos trabalhos desenvolvidos pelo grupo, foi definida também, a confecção de uma cartilha, envolvendo todos os agentes participantes, sobre a execução do PAA. Finalizando, formulou convite à Diretoria Colegiada, para participação no evento intitulado “Seminário Internacional do PAA”, que embora não havendo uma mesa formal a ser ocupada pela Companhia, esta conduzirá uma mesa de trabalhos, a apresentação e coordenação do 1º painel do evento – oportunidade em que levará a boa notícia, como parte da agenda positiva. **1.3.1** O Diretor da Dirab, destacou a importância da divulgação dessas informações, ao que o Presidente concordando, definiu que destacaria a SUMAC para encarregar-se dessa obrigação. **1.4 Encontro Regional de Superintendentes** – O Presidente discorreu sobre o “Encontro de Superintendentes da Região Nordeste”, realizado entre os dias 27 e 28/01/2013, na cidade São Luiz – MA. Expressou o desejo de se realizar a próxima reunião com os Superintendentes da Região Centro-Oeste, na cidade de Goiânia, em data a ser definida, com a presença de todos os membros da Diretoria Colegiada. Justificou a idéia, no sentido de aproveitar a presença da Diretoria Colegiada que, nesses casos, pode, a qualquer momento, reunir-se para deliberar sobre quaisquer demandas apresentadas pelas Superintendências durante os encontros. Na seqüência, solicitou para que o Diretor da Diafi relatasse como havia sido o último encontro de Superintendentes. Franqueada a palavra ao Diretor da Diafi, que expressou a grande satisfação em ter participado do evento e informando que o mesmo foi um grande sucesso. Foi uma grande oportunidade dada aos Superintendentes para apresentação de idéias e propostas que serão apresentadas ao restante da Diretoria Colegiada, no decorrer da semana. Da mesma forma, em relação os Superintendentes, em receber o Presidente e membros da Diretoria Executiva, para levar as demandas, de uma maneira mais próxima. Pois, como testemunhado pelos Superintendentes, quando estes se encontram em visita à Matriz, mesmo tendo seus encontros agendados, acabam por encontrar um ambiente tumultuado, devido à rotina de trabalho. Nesse sentido, os encontros nos Estados, compreendem momentos em que os Superintendentes podem, de maneira mais completa, apresentar um panorama detalhado do trabalho desenvolvido em suas unidades regionais, suas demandas, além de experimentar uma forma mais descontraída de conversa com o Presidente e com os Diretores. Um ponto de grande relevância discutido durante o encontro foi a questão do Porto de Itaqui – assunto, há tempos, exaustivamente discutido pela Diretoria Colegiada. Informou tratar-se de uma área ocupada pela Conab e que, apesar de todos os esforços, deverá ser transferida para a iniciativa privada. A Conab será transferida para uma área retroportuária. Informou, ainda, que participou da visita à área do terminal ocupada pela Conab, inclusive, produzindo material audiovisual panorâmico. Testemunhou aos presentes, como lhe causou espanto, em saber o quanto essa área é cobiçada pelas várias frentes/segmentos distintos do setor. Aproveitou a oportunidade, para reiterar sua opinião e dos demais membros, sobre a necessidade urgente de se iniciar um plano de reestruturação física das regionais. Citou os casos mais críticos da Companhia, como os de Fortaleza, Piauí e Pernambuco – objeto das apresentações dessa mesma natureza pelos seus representantes. Nesse sentido, informou

60.000/054

encontrar-se a sua Diretoria, produzindo um levantamento com o objetivo de mostrar a realidade dessas unidades, por meio de material fotográfico e relatórios diversos. Citou exemplos de sedes e armazéns que funcionam sem alvará, portanto, irregularmente. Asseverou serem essas, situações que põem a Companhia em situação de grande vulnerabilidade, pois, caso aconteça um acidente grave, a Conab não poderá sequer justificar o ocorrido frente a opinião pública. Diante da impossibilidade imediata de se promover licitações com esses fins, apresentou a idéia de reestruturação financeira da Companhia. Nesse caso, abrindo mão de parte do patrimônio da Companhia, que se encontra em avançado estado de sucateamento e abandono, gerando tão somente, altas despesas para a Conab. Por meio da alienação, uma vez autorizada pelo Conselho de Administração da Conab, haverá a previsão, para que tais recursos sejam aplicados, exclusivamente, na melhoria da infraestrutura da Companhia. Nesse sentido, o Diretor da Dirab salientou que vem, há tempos, se posicionando nessa vertente, apresentando ou deliberando em Redir, voto dessa natureza. Informou ainda, que se encontra em elaboração um estudo, com intuito de trazer solução plausível e definitiva para o caso de Leblon/Humaitá/RJ. Em função da existência dessa grande demanda, por parte da Conab, poder-se-ia buscar outros meios, como, por exemplo, fazer uma solicitação de recursos de melhoria. Outro aspecto é a transferência dos recursos auferidos nas alienações de volta à União. Deve-se abandonar tal prática e trabalhar no sentido de que os recursos sejam revertidos em benefício da Companhia. Em se aprovando a alienação de forma conjunta com o investimento, não há como o Tesouro bloquear ou pugnar pelos recursos. Indagado pelo Diretor da Digep sob a possibilidade de bloqueio de recursos pela União, o Diretor da Diafi respondeu que constatou, em consulta jurídica informal, que da forma apresentada, a operação culminada na reversão para investimento, encontrar-se-á respaldada. Indagado, novamente pelo Diretor da Digep, em relação à autorização para venda do imóvel em Sinop – MT, foi informado pelos seus pares que a alienação já se encontra autorizada, mas que estamos no aguardo da avaliação oficial pela Caixa Econômica. Este imóvel faz parte de um do total de seis imóveis da Conab, que se encontram localizados dentro de cidades. Finalizando sua apresentação, o Diretor da Diafi fez uma observação quanto à autorização de venda de imóveis da empresa, objeto de deliberação em 2013, que verificou no relatório correspondente, que três imóveis que constam da lista, não poderiam ser considerados para venda. Perguntou aos presentes se todos os imóveis constantes da lista de autorização para venda, encontravam-se sob domínio da Companhia, obtendo do Presidente resposta negativa. Continuando, o Diretor da Diafi informou que em verificação no relatório correspondente, constatou que três imóveis encontram-se sem o registro de domínio pela Conab, mas tão somente, as evidências de construções. Dessa forma, faz-se necessário buscar a legalização dessas áreas para que a venda se processe correta e legalmente. Franqueada a palavra ao Diretor da Dirab, este, antes de dar início efetivo à sua participação, manifestou a sua satisfação pelo sucesso obtido com o trabalho desenvolvido em relação ao PAA, por entender tratar-se de programa de extrema importância, que não pode ficar parado. **1.5 CIEP** – O Diretor da Dirab manifestou sua recorrente preocupação com o andamento dos trabalhos do CIEP em relação à Conab, considerando que as compras de produtos dependem de aprovação daquele conselho. Destacou que a urgência na compra de milho e a operação de AGF do feijão. Esta operação já foi anunciada pelo Governo, e está na iminência do recebimento de recursos na ordem de R\$ 64 milhões de um





total de R\$ 101 milhões, previstos pela Conab. Alertou para a possibilidade da falta do produto caso a Conab não consiga efetuar a compra em tempo hábil. Prevê que a situação atingirá um estado crítico até o final do mês de março. O Presidente demonstrou sua preocupação à descontinuidade do programa e a falta de uma política definida por parte do CIEP. Não houve contato formalizado junto à Conab desde o final do mês de novembro. Além disso, a imprensa já começou a se manifestar a respeito. Relembrou sobre a necessidade de se dar solução à essas questões do milho e da AGF de feijão, que dependem necessariamente de autorização do CIEP. Aproveitou o ensejo para solicitar informações ao Diretor da Dirab, sobre quais Estados estariam envolvidos nas compras, ao que obteve a resposta de que seriam os Estados de Goiás, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. O Diretor da Dipai atentou para a incidência tributária, relacionada às áreas do entorno do Distrito Federal, que devem anunciar suas demandas de compra para armazenamento na UA DF. Pois, a questão reside na diferença entre a aquisição de produtos para armazenamento no mesmo Estado da Federação e o armazenamento em Estado diverso da demanda. Informou que a Dipai está promovendo um estudo sobre o assunto e que será mais um ponto a ser verificado. Retornando a palavra, o Diretor da Dirab reiterou a grande importância de se buscar uma solução para obtenção da autorização de aquisição de produtos, por parte do CIEP, assim como de se promover uma reunião entre a Conab e o CIEP, o mais rapidamente possível. Informou ainda que, contataria o Sr. Neri Geller, Presidente do CIEP, para buscar soluções definitivas para o problema. O Diretor da Dipai solicitou a palavra, para informar que tem verificado um constante aumento de demandas, no âmbito da Agricultura Familiar, que não constam da tabela para os R\$ 101 milhões. Corroborando com o Diretor da Dipai, o Diretor da Dirab informou que esteve reunido com o Superintendente da Sugof, Sr. Paulo Morceli, para definir os quantitativos por CPF, atendendo à indicação da FAEG. Indagado pelo Presidente acerca do quantitativo, este respondeu que seriam 2.174 sacas de feijão para Goiás por CPF, de forma regionalizada para a região Centro-Oeste. Continuando, o Diretor da Dirab informou que se deve pensar o que fazer com esse feijão, para não se repetir as experiências dos últimos dois anos com perdas desse produto. Quando da chegada do produto, devemos reunir com a "Mesa Brasil" e com outros órgãos, e estudar a possibilidade de doação internacional. A lei que autoriza esta doação existe. Devemos nos antecipar, haja vista a realidade de termos de fazer tudo, dentro da legalidade e contando sempre, com mecanismos lentos e morosos, sem nos desviarmos da ótica da doação, que é a regulação de mercado, e assim, evitando-se problemas futuros com os órgãos de fiscalização e controle. O Diretor da Dipai atentou para o fato de que o CIEP, somente declara a garantia dos recursos e anuncia as aquisições. E sem as destinações, restará para a Conab, o encargo da explicação da operação. O Presidente, então, sugeriu que as compras fossem seguidas da destinação para entrega, para que a Conab se desvincule dessa responsabilidade. Nesse sentido, solicitou ao Diretor da Dipai que fortalecesse esses pontos junto ao CIEP e todos os órgãos envolvidos, em favor da Conab. Sem autorização do CIEP, o Ministério da Fazenda não autoriza efetuar AGF. **1.6 Terreno para uso da Conab em Anápolis** – O Diretor da Dirab efetuou um relato, sobre o Plano Nacional de Armazenagem, que prevê a construção de uma UA na Cidade da Anápolis/GO. Primeiramente, procuramos o Prefeito da cidade, Sr. Antônio Gomide, que ofereceu à Conab uma área muito boa, embora com uma grande desvantagem, por distar cerca de 11km do Porto Seco. Reunido com a Valec, obteve a informação de que pelo fato

de ser uma região acidentada, a operação será onerosa haja vista necessidade de construção de pontes, viadutos, tornando esta área inviável. Outra opção seria a tentativa de aproveitamento de uma área da própria Valec, localizada dentro da poligonal do Porto Seco. Opção esta que se revelaria a melhor, pelo fato de estarmos dentro do ramal. Entretanto, em visita efetuada àquela empresa, em conjunto com o Presidente, embora muito bem recebidos e ouvidos, o resultado foi o recebimento de um expediente, negando o pleito apresentado pela Conab, alegando a existência de processo de licitação para aquisição da área. Então, a Companhia encontra-se na obrigação de solução desse imbróglio. Outro fator de grande relevância reside no fato de que com a desativação de Itaquí, por parte da Conab, a UA Anápolis deixou de ser prioritária, pois serviria como um coletor na parte mais ao sul do país, para envio à parte norte por meio da ferrovia norte-sul. Mas, mesmo assim, revela-se um local com grande potencial para uma unidade de importância para a rede Conab. Em assim sendo, informou que buscará, novamente, reunir-se com o prefeito, com vistas a encontrar uma nova solução. O Diretor da Diafi solicitou informações sobre a cidade de Ouro Verde, no referido Plano, obtendo a resposta pelo Diretor da Dirab de que não saberia informar o que seria prioridade, a partir desse momento. O Diretor da Diafi então passou a relatar que Ouro Verde fica bem próximo à cidade de Anápolis e que faz parte da afluição da ferrovia. Há previsão de uma área semelhante para uso, nas mesmas condições apresentadas pela Valec e, acredita, que possa ser outra opção, se não for adiante a execução do Plano, com a exclusão de Anápolis. O Diretor da DIRAB solicitou então ao Diretor da Diafi que conduzisse estas tratativas junto ao Prefeito de Anápolis. Segundo o Diretor da DIAFI, haverá uma reunião com o setor de planejamento da Valec para discussão sobre a área em Anápolis. Refletiu que, em sendo de extrema importância para a Conab, a reunião pudesse ser transferida para as dependências da Companhia, para contar com a participação dos técnicos Enos e Rafael envolvidos no assunto, tendo merecido a aprovação de todos. Informou ainda, que a Valec adquiriu a área e deseja efetuar um processo de licitação. Acredita, ainda, que se possa construir outro caminho, que por se tratar da Conab, o Diretor Marcelo Melo entende que se deve apelar para o governo do Estado. Existe uma área que se encontra no "Goiás industrial", fato esse que estava fora dos planos da Conab.

1.7 Concessão dos cinco níveis aos empregados anistiados. O Diretor Marcelo Melo indagou ao Diretor Rogério Abdalla o porque do processo de concessão de cinco níveis aos empregados anistiados ser apresentado pela Digep e, o processo referente aos quatro níveis para os demais empregados não. O Presidente informou que o motivo é que o processo dos anistiados já transitou em julgado. Dr. Rogério Abdalla informou que a apresentação ficou transferida para a próxima Redir, uma vez que estão realizando levantamento, em função de processos de empregados na justiça, que já estão concluídos.

1.8 Perda de prazo em processos – O Diretor Lineu de Souza disse estar impressionado com o quantidade de processos que chegam à Diafi, para pagamento de ações de empregados, em vista de perda de prazo, pela área jurídica. Em muitos desses processos, o valor da proposta inicial é um e, com a perda do prazo, esse valor aumenta. No seu entendimento a Conab deve aplicar multa, além daquela contratual, pois para este argumento não tem justificativa. O Diretor Rogério Abdalla alertou sobre a necessidade de um sistema de organização diferente do atual com a contratação de uma ou duas empresas de advocacia atuando nacionalmente as quais passam a ser responsabilizadas. Retomando a palavra, o Diretor da Diafi disse estar acontecendo com muita freqüência esta perda de prazo. Informou ainda, do recebimento da



60.000/054





CI/Circular solicitando informações sobre contratos, o que vem ao encontro com a possibilidade de montar um planejamento para acompanhamento da Matriz como também das Regionais, o que irá evitar os contratos emergenciais. O Diretor Marcelo Intini manifestou estar em busca de uma ferramenta de gestão que faça esse controle, mas que encontrar um software que monitore e ao mesmo tempo sinalize para que se adote providências está difícil. O Diretor da Diafi, disse que uma outra situação é o grande número de reclamações quanto à estrutura muito fechada da Superintendência de Gestão de Tecnologia da Informação – Sutin, havendo necessidade de que esse sistema seja aberto para a empresa, para que todas as Superintendências e Diretorias possam participar. O Presidente esclarece, como exemplo, ao Diretor da Dipai que na Conab existem dois sistemas utilizados pela Sutin – Saagra e Xfac – os quais não se comunicam. Os dados são lançados em cada um dos programas, pois não existe integração entre eles. Existe uma promessa da área de informática, já se vão dois anos, que este problema seria resolvido, mas até o presente momento nada foi modificado. Caso algum dado seja inserido erroneamente em um dos dois sistemas, não se consegue fechar a conciliação. O Diretor João Intini informa que agendará uma reunião com os diretores para verificar a lista desses sistemas, pois tem conhecimento de outros quarenta produtos, que deverão ser disponibilizados para a empresa, ainda nesse exercício, pela área de TI. O problema é que esta lista não pára de crescer e a estrutura da área não crescerá. Esta situação é diferente da questão das plataformas serem abertas ou fechadas. Devemos refletir sobre os seguintes pontos: primeiro é que seguimos um protocolo que o Governo Federal delineou como o desejável, plataformas livres, mas que nem todos os órgãos cumprem. A Conab optou por cumprir. O segundo ponto diz respeito à fila de produtos que serão entregues neste exercício, pela área de TI. Precisa verificar se os sistemas do Saagra e Xfac estão nesta lista. No momento, desconhece o nível de prioridade definido pela Sutin, mas que irá se inteirar. O Diretor Lineu Souza sugeriu que a reunião tenha a participação dos Superintendentes de cada área, para que possam apresentar as dificuldades de cada uma tem atravessado. O Presidente informa que na reunião com os Superintendentes da Região Nordeste, a maior reclamação foi em relação à área de Tecnologia da Informação. O Diretor da Dipai se comprometeu com os demais membros da Diretoria Colegiada, que irá encaminhar a cada Diretoria e Superintendência Regional, um calendário de entregas para este ano, para saber onde estão contempladas as demandas apresentadas, para definir prioridades. Informa ainda, que a Sutin passa por um período de instabilidade no quadro de empregados, com a saída de muitos que passaram em outros concursos. Finda as comunicações, 2) passou a leitura dos votos pautados, a seguir: **2.1) Voto Diafi nº 08/2014 – Ofício nº 1702/DAT/CGP/SUGESPE/2013, da Secretaria de Estado da Administração do Governo de Rondônia.** Autorização para que as edificações e equipamentos doados ao Governo do Estado de Rondônia sejam transferidos ao Município de Jaru/RO, mantida a destinação dos bens doados. O colegiado aprovou o voto nos termos relatados. **2.2) Voto Diafi nº 09/2014 – CI Sureg/GO nº 301, de 20/01/2014.** Proposta de cessão de uso à Polícia Rodoviária Federal – 1ª Superintendência Regional em Goiás, por um período de 15 (quinze) dias, de um veículo tipo caminhão, integrante do patrimônio da Sureg Goiás. O Diretor da Digep, lembrou da necessidade de que o empréstimo seja realizado de acordo com os normativos da Conab. O Colegiado aprovou o voto nos termos relatados. **2.3) Voto Digep nº 003/2014 – Processo nº 21200.002903/2013-61.** Concurso Público, para preenchimento de 400 vagas de níveis médio e superior para as Regionais –



ratificação da dispensa de licitação. O voto foi apresentado pelo Diretor Rogério Abdalla, que informou à Diretoria Colegiada de que não haverá custos para a Companhia para realização do concurso. O Colegiado aprovou o voto nos termos relatados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Elenice Lobo Santos Ribeiro, Chefe de Gabinete, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Diretoria Colegiada e por mim.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAUK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

JOÃO MARCELO INTINI
Diretor de Política Agrícola e Informações

LINEU OLÍMPIO DE SOUZA
Diretor Administrativo, Financeiro e
de Fiscalização

ELENICE LOBO SANTOS RIBEIRO
Secretaria